

CPI SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)**Requerimento nº 2023****(Do Senhor Delegado Éder Mauro)**

Solicita que seja convocada a Senhora Diolinda Alves de Souza, na condição de testemunha, para prestar esclarecimentos sobre a criação da Frente Nacional de Luta Campo (FNL), movimento criado após a sua exclusão da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Senhor Presidente, requeiro, com fundamento no art. 58 da Constituição Federal § 3º, na forma do artigo 36 do Regimento Interno, e do art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, que seja convocada a Senhora Diolinda Alves de Souza, na condição de testemunha, para prestar esclarecimentos sobre criação da Frente Nacional de Luta Campo (FNL) após a sua expulsão da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

JUSTIFICAÇÃO

Diolinda Alves de Souza, mulher do Líder do MST José Rainha foi presa após operação policial em 09/05/2022 no município de Portal de Paranapanema – SP, em sua residência foram apreendidas uma agenda pessoal e uma cartilha com os princípios da Fundação Nacional de Luta Campo (FNL), operação policial motivada por invasões de terras na região oeste paulista. Condenada a dois anos e oito meses de prisão em regime fechado por formação de quadrilha.

As invasões de propriedades rurais produtivas vêm ocorrendo em um crescimento desordenado, motivo pelo qual foi criado na Câmara dos Deputados a CPI do MST. Identificamos no período entre janeiro e de abril de



2023 que o MST realizou 33 invasões de imóveis rurais pelo Brasil, número que supera o total de ações em cada um dos últimos 5 anos o que atrapalha o agronegócio no Brasil, além de privar os proprietários de terras do seu trabalho, o movimento tem como características nas suas invasões levar o terror a estes proprietários, pois as invasões sempre são demandadas por extrema violência, tentando assim dizimar a produção do campo e levar a óbito os proprietários das referidas terras.

O aumento exponencial no ano de 2023 comparado aos anos anteriores traz à tona o aumento do crime de esbulho possessório, ameaça, danos e extorsão, causados principalmente pela liberdade que o atual líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra possui dentro do Governo Federal, inclusive com indicações em 19 Superintendências Regionais do INCRA de lideranças do movimento, sendo de suma importância a investigação da ligação do atual Governo Federal e o fomento da criminalidade, demonstrando ser inimigo do agronegócio no Brasil.

E importante a punição aqueles que adentram em terras públicas ou privadas no intuito que possamos defender e combater as ilegalidades em todas as regiões do Brasil.

Apesar da maioria das ações já ter sido desmobilizada após negociações com o governo federal, defensores desta CPI querem apurar o que o “real propósito” do movimento e de seus financiadores.¹

Entendemos que a identificação dos responsáveis é importante, na medida em que eles costumam se eximir da culpa por invasões, argumentando que o movimento age de maneira descentralizada e sem ordem direta.

Outrossim, impende ressaltar que no governo Bolsonaro, o MST reduziu consideravelmente as invasões de fazendas, todavia, os sem-terra vinham

¹ G1 Disponível em : Com Salles na relatoria, Câmara instala CPI para investigar invasões de terras pelo MST <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/17/camara-instala-cpi-para-investigar-atuacao-do-mst.ghtml> Acessado em : 18/05/2023.



ameaçando, desde o ano passado, a retomada das invasões. Com efeito, o intento deste Requerimento de Convocação é relevante para viabilizar a apuração as eventuais irregularidades, ilegalidades e potenciais abusos ou crimes, mormente quanto à violação do direito constitucional de propriedade, bem como a busca de busque informações, dados, e documentos, no esteio de subsidiar representações e a atuação das autoridades competentes que deverão adotar providências necessárias à garantia e à manutenção dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros fustigados pelas ações dos invasores.

Ademais, faz-se necessário o entendimento do financiamento do referido movimento e dos seus líderes e qual o planejamento realizado pelo movimento para invadir as propriedades urbanas ou rurais em todo Brasil antes mesmo da posse do atual Governo.

Sendo assim, peço apoio dos nobres pares para que seja aprovada a convocação da Senhora Diolinda Alves de Souza, para prestar esclarecimentos sobre a criação da Frente Nacional de Luta Campo (FNL), movimento criado após a sua exclusão da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Sala das Comissões, em

Deputado **Delegado Éder Mauro**

PL-PA

